



FOTO: SÉRGIO CARA / CENTRO CELSO FURTADO

# Tânia Bacelar

POR ANA CÉLIA CASTRO, CARLOS BRANDÃO, GLAUBER CARDOSO CARVALHO,  
MARCOS FORMIGA, ROSA FREIRE D'AGUIAR

A entrevista concedida aos *Cadernos do Desenvolvimento* pela professora Tânia Bacelar, na sede do Centro Celso Furtado no Rio de Janeiro, no dia 27 de junho, não poderia vir em melhor momento. Ela nos faz refletir sobre a importância do papel do Estado no planejamento econômico para coordenar expectativas em prol de um projeto de desenvolvimento para o país. Seu testemunho sobre os primeiros anos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), sob o comando de Celso Furtado, revela como a missão de formar recursos humanos no Nordeste era uma prioridade do órgão. Nas palavras da professora, a Sudene ofereceu a “oportunidade de fazer uma leitura mais geral da região”. Apesar do sonho interrompido de uma industrialização que transformasse a elite política e econômica do Nordeste para alavancar o crescimento e o desenvolvimento econômico, as lições de Celso Furtado podem ser encontradas hoje na iniciativa de criação do Fórum dos Governadores do Nordeste, uma indicação de que “o Nordeste está se mexendo”. Ao longo da entrevista, a professora Tânia nos transmite ensinamentos importantes adquiridos no decorrer de sua larga experiência em cargos executivos públicos. Dotada de grande capacidade de comunicação, os relatos da professora Tânia são uma vibrante lição de história econômica do Brasil.

A entrevista, com mais de três horas de duração, foi concedida aos professores Ana Célia Castro, Carlos Brandão e Marcos Formiga, à jornalista e tradutora Rosa Freire d'Aguiar e ao coordenador do Centro Celso Furtado, Glauber Cardoso Carvalho.

**GLAUBER CARDOSO CARVALHO (GCC): Professora Tania Bacelar, agradeço, em nome da editora professora Carmem Feijó, a sua disponibilidade, e começamos diretamente perguntando como foi a sua carreira acadêmica, como foram suas escolhas, seus estudos. Ou seja, seus primeiros caminhos, sua trajetória.**

TÂNIA BACELAR (TB): Eu sou do tempo que, no secundário, precisávamos fazer uma escolha entre as ciências exatas e as humanas. E aí eu fiz a primeira escolha pelas humanas, pelo curso Clássico. No Clássico, não tínhamos força em física, nem química nem em matemática. Isso depois me fez muita falta. Quando eu fiz essa escolha, a minha primeira opção era fazer o curso de Direito, e o Clássico era o que preparava melhor. No terceiro ano do curso Clássico eu fiz um teste vocacional e o resultado era que eu dava para tudo, menos para Direito. Foi um parecer radical, com o qual eu concordei plenamente, principalmente porque, na época, eu queria fazer Direito Criminal, e meu teste psicológico mostrava que não era o tipo de atividade para a qual eu tinha habilitação. Eu fiquei meio atordoada e, como já estava na área das humanas, resolvi fazer o curso de Ciências Sociais, que era o que me pareceu com o leque mais amplo para quem estava meio perdida. No primeiro ano tinha a disciplina de Introdução à Economia, foi quando eu conheci a área da economia. Isso era 1963. Eu fui aluna de Roberto Cavalcanti, que era um professor muito bom, com uma bagagem de teoria econômica muito boa, e aquele tipo de disciplina me fascinou. Eu pensei que daria para essa área e decidi, no meio do ano, fazer o vestibular para Ciências Econômicas. Eu poderia fazer na Universidade Federal e na Católica, em Pernambuco. Como eu estava fazendo Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia do Recife, que era ligada à Federal, então eu não podia fazer um segundo curso ao mesmo tempo naquela instituição. Fui para a Universidade Católica. Na época, o curso estava no processo de renovação e tinha recebido muito professor que vinha da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), e a discussão importante era sobre desenvolvimento. Eu caí ali naquele momento.

Comecei a fazer economia e levei os dois cursos em paralelo. Acho que isso ajudou na minha formação, porque essa dimensão do social faz muita falta na formação do economista. Aí veio o golpe de 64. Eu terminei o curso no final de 67, entrando em 68. Quando eu cursava o terceiro ano de Economia e fazia o quarto ano de Ciências Sociais, tive uma professora que era da Sudene, Marcia Souza. Ela era a chefe do departamento de pesquisa social e estava procurando estagiários para fazer pesquisa. Essa era uma marca que Celso Furtado deixou na Sudene com muita força: era preci-

so conhecer a realidade para atuar sobre ela. Assim, a pesquisa era uma etapa muito importante dos projetos que a Sudene comandava. Eu fui fazer a seleção e fui aceita. Entrei como auxiliar de pesquisa. Era uma pesquisa em torno de um programa de bolsa de estudo para formar profissionais em áreas que o Nordeste precisava incentivar. Eu digo que a Sudene era a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) da época para a graduação. Ela abriu um programa para formar agrônomos, geólogos, economistas etc. Tinha lá um rol de profissões prioritárias, e a Sudene patrocinava bolsas de estudos para que alunos, principalmente do interior, pudessem fazer o curso, até porque a maioria dos cursos estava concentrada nas capitais. Ela patrocinava a vinda e a permanência desses jovens, e o nosso papel como pesquisadores era ir à casa dessas pessoas para entrevistar o candidato, a família e os vizinhos e dar um parecer ao final para dizer se aquela pessoa precisava mesmo de um apoio financeiro para estudar. O interessante é que não era só com o candidato, era para entender a pessoa no seu ambiente. Depois, tinha um sistema de acompanhamento quando ele entrava. Por isso, discordo firmemente de alguns críticos de Furtado que dizem que ele não valorizava a educação. Esse programa era uma valorização da educação, com o objetivo de formar quadros de nível superior qualificados para um processo de desenvolvimento, num momento da região no qual a presença das universidades era muito modesta. E o acesso a elas era muito complicado, porque grande parte dos jovens, principalmente no interior, mesmo portadores de grande potencial, não conseguia viabilizar sua ida para fazer os seus cursos nas capitais. Além disso, o DRH da Sudene implementou importante e estruturador programa para fortalecer as Secretarias Estaduais de Educação, responsáveis pelo ensino básico na região. Essa foi minha primeira experiência com a Sudene, ainda no meu processo de formação. Eu quase reprovei, pois era um trabalho que exigia muita viagem. Sobretudo no curso de Economia, pois eu privilegiei terminar o curso de Ciências Sociais e acabei empurrando o de Economia. Mas entrei na Sudene.

Esse foi o meu primeiro contato com a Sudene. E isso foi uma coisa muito importante, porque depois eu terminei o meu curso de Economia, já como pesquisadora social da Sudene, com o diploma de graduação em Sociologia. Assim que eu terminei, a instituição fez um concurso interno para um curso que ela dava para os funcionários, em que a gente se candidatava. Na época, esta oportunidade foi uma coincidência definidora da minha trajetória. Eram dois tipos de cursos com participação da Comissão Econômica para a América Latina e o Instituto Latinoamericano y del Caribe de

Planificación Económica y Social (Cepal-Ilpes), um para formar técnicos em desenvolvimento (TDE) e outro para fortalecer a área de planejamento global (no caso, a Assessoria Técnica da Sudene). Muita gente que estava na Sudene passou pela “peneira” do TDE, que era muito importante, pois dava um lastro comum, multidisciplinar.

### **MARCOS FORMIGA (MF): O curso era dentro da Sudene?**

TB: Não. O TDE era dado em vários estados. Esse que fiz (Planejamento Global) foi dado na Sudene. Era um convênio entre a Sudene e o Ilpes.

### **ANA CÉLIA CASTRO (ACC): E a Conceição já estava nesses cursos? O Castro estava.**

TB: Sim, Conceição e Castro lecionavam nos cursos da CEPAL, inclusive no TDE. No meu caso, não havia feito o TDE. O que fiz, tinha uma destinação específica para fortalecer o núcleo central de planejamento da Sudene. E os dois foram meus professores. A Sudene era estruturada em departamentos setoriais, e a Assessoria Técnica detinha a visão geral. Na época, eles estavam precisando fortalecer a Assessoria Técnica e contrataram esse curso específico da Cepal. Eu me candidatei e fui selecionada. Recém-saída da graduação, isso foi uma oportunidade fantástica para mim. De um lado, o curso era maravilhoso e, de outro, a turma de alunos era o que tinha de melhor na Assessoria Técnica e nos departamentos setoriais da Sudene. Era uma turma pequena de gente muito qualificada, com um professorado também altamente qualificado. Fui aluna de Castro na disciplina Desenvolvimento Econômico e de Conceição Tavares na disciplina Desenvolvimento Industrial. Acho que esse curso foi o lastro importante na minha formação. Eu tive uma formação no curso de Economia que carecia complementação e eu acho que a consolidação da minha formação se deu nessa ocasião. Aí você tinha a visão da Cepal! Quando vocês me perguntam o que influenciou a minha formação, eu digo que foi a visão da Cepal, de Celso Furtado, a leitura que Castro fazia sobre teorias do desenvolvimento... Ali eu tive o lastro teórico que complementou minha formação anterior.

**MF: Na Sudene, dentro dessa departamentalização da época do Furtado, ele criou pela primeira vez no Nordeste o que se chama área de recursos humanos, o que é mais uma defesa de que ele se preocupava com educação. Na linguagem ou na tecnologia daquela época, tratado como setor de pessoal.**

TB: Era mais que o setor de pessoal, que também existia, mas olhava para dentro. O Departamento de Recursos Humanos da Sudene olhava para fora, para a região, tinha uma política de qualificação de recursos humanos, e o objetivo do departamento era qualificar gente. Na Sudene de Furtado, o Departamento de Indústria não era o departamento principal, como se tornou depois da saída dele. No começo, a Sudene tinha dois departamentos centrais: Recursos Humanos e Recursos Naturais. Nailton Santos era o responsável pelos Recursos Humanos, irmão de Milton. Furtado trouxe gente de alto nível internacional para colocar nesses dois departamentos e misturar com a meninada, que éramos nós. Os Departamentos de Recursos Naturais e de Recursos Humanos respondiam a uma pergunta chave para o desenvolvimento: o que o Nordeste tem como recursos? Que potencial existia na base de recursos naturais e como qualificar os recursos humanos? Eram dois desafios iniciais que se expressavam na solidez e na importância desses dois departamentos.

**ACC: Como é moderno. Completamente atual. Uma visão perrousiana.**

TB: Os departamentos setoriais tradicionais, como o de Agricultura e o de Indústria não tinham a força desses dois. O Departamento de Infraestrutura também tinha

O Departamento de Recursos Humanos olhava para fora, para a região, tinha uma política de qualificação de recursos humanos, e o objetivo do departamento era qualificar gente.



muita força, porque o investimento inicial da Sudene foi muito forte em infraestrutura econômica. Se a gente lê os primeiros planos diretores, grande parte dos recursos destinavam-se para a infraestrutura, que era uma desvantagem competitiva do Nordeste. O Nordeste não tinha energia. Fortaleza, por exemplo, enfrentava problemas com a energia elétrica. Também faltava a infraestrutura de estradas: a rede básica de infraestrutura rodoviária era muito ruim.

**ACC: Essa questão da infraestrutura foi bem-sucedida?**

TB: Foi sim. Fizemos avanços importantes. O papel da Sudene era de articular as soluções, lembrando que o Brasil já havia feito a opção rodoviária. Tivemos que embarcar na opção do Brasil. O dinheiro da Sudene financiava as infraestruturas federais, mas articulava as infraestruturas estaduais. Então, existia um plano regional de infraestrutura, e a Sudene ajudava também no financiamento estadual, desde que dialogasse com a rede básica federal que estavam construindo. Era um plano de financiamento da infraestrutura federal articulado com os planos estaduais.

Mas, voltando, eu entrei no Departamento de Recursos Humanos, mas durei pouco nele. Como eu fiz o curso da Cepal-Ilpes e me saí bem, eu fui chamada para a Assessoria Técnica, que era o objetivo do curso. Meu momento seguinte foi outra grande oportunidade, porque dentro da Assessoria Técnica estavam pessoas de excelente nível, a maioria vindo de experiências setoriais.

**MF: Na mesma época, eu era aluno de economia da Universidade Federal de Pernambuco. A nossa ligação com a Sudene era feita através do professor Fernando Motta.**

TB: Que era do Departamento de Recursos Humanos.

**GCC: Então, como resume a importância da Sudene?**

TB: Eu acho que a Sudene, na minha visão, foi definitiva na minha experiência profissional. Eu entrei na instituição muito jovem e só saí para fazer o doutorado e depois para o governo de Pernambuco, quando o dr. Miguel Arraes foi eleito governador em 1986. O básico da minha trajetória inicial foi na Sudene e na Assessoria Técnica, que me dava essa oportunidade de fazer uma leitura mais geral da região. Mas vivi também a ruptura da trajetória da Sudene. Considero que a instituição experimentou pelo me-

nos três momentos. Um momento inicial, que eu chamo de “era Furtado” – a saída dele coincidindo com a mudança no sistema de incentivos fiscais no II Plano Diretor (1965). Uma segunda fase eu chamo “Sudene dos incentivos”, já no período militar, onde o carro-chefe passou a ser o programa de industrialização via os incentivos fiscais. E tem um terceiro momento que é a exaustão desse modelo e a perda de importância da Sudene até o fechamento no governo Fernando Henrique (2001). São momentos muito distintos que eu vivi por dentro. O segundo momento não tem muito a ver com a visão de Furtado, embora a proposta da industrialização estivesse no coração do relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN).

A discussão no GTDN era a seguinte: o Brasil se industrializou e o Nordeste perdeu o trem da industrialização. É a região que está sendo mais penalizada pelo grau de concentração industrial que o Brasil ousou colocar no Sudeste. Uma proposta central do GTDN, da Sudene e de Furtado, portanto, era industrializar também o Nordeste. A indústria sempre esteve no coração do projeto de transformação proposto, mas a ação da Sudene enquanto Furtado esteve à sua frente era centrada na **criação de precondições** para fazer isso. Ele sonhava que seria uma indústria para formar outra classe empresarial na região. Não era uma industrialização para trazer investidor de fora para o Nordeste. Mas a aprovação do primeiro Plano Diretor demorou muito tempo no Congresso, pois havia resistências políticas, e Furtado precisou negociar.

### **MF: Resistência das próprias lideranças nordestinas. As vozes contra Furtado vinham do próprio Nordeste.**

TB: A proposta da Sudene era de ruptura com o modelo de intervenção do Estado na região e com a organização produtiva prevalecente. Isso incomodava as elites da própria região. Para aprovar o primeiro Plano Diretor, ele teve que fazer uma negociação em torno do sistema de incentivos fiscais. Essa ideia não saiu de Furtado. A ideia do sistema de incentivos 34 -18 saiu de um parlamentar pernambucano que foi à Itália e conheceu o sistema de incentivos de lá: a ideia de renúncia fiscal. Esse parlamentar foi Gileno de Carli. E Celso Furtado negociou com ele, como bem destaca Conceição Tavares: negociou o secundário sem perder de vista o principal. A proposta dos incentivos recebeu duas condições. Primeira: quem opta pelo incentivo não pode ser quem investe. O optante renunciava pagar o seu imposto à União, que colocaria o dinheiro no Banco do Nordeste (BNB), e o sistema de incentivo financiava o empreendedor, que não poderia ser o mesmo que renunciou

pagar ao Imposto de Renda. A segunda restrição: a empresa beneficiada não poderia ser de capital externo. Era o empresariado nacional que teria que ter o protagonismo no processo de industrialização regional, esperava-se. O que aconteceu? O Plano foi aprovado, mas o sistema de incentivos nas condições de Furtado não deslanchou. Porque o Brasil já tinha mudado. A indústria do país já havia se oligopolizado e se internacionalizado. O modelo inicial d sistema de incentivos não funcionou. No segundo Plano Diretor, já depois que Furtado foi cassado e saiu da Sudene, o sistema de incentivos muda: o optante passou a poder ser o investidor e qualquer empresa poderia se candidatar, inclusive as multinacionais. Aí o sistema deslanchou, pois o movimento de industrialização do Nordeste engatou na dinâmica de industrialização nacional. E capturamos muito investimento para a região, viabilizando uma das propostas de Furtado, mas não no modelo que ele sonhava. Dentro da Sudene, a força do Departamento de Indústria se ampliou. Outros departamentos (Pesquisa de Recursos Naturais, Recursos Humanos e Infraestrutura) perderam força e o de Indústria passou a ser o grande patrocinador da estratégia da Sudene nos outros planos diretores. Isso vai até 1974, quando mudaram o sistema de incentivo e foi criado o Fundo de Investimento do Nordeste (Finor). Para a Sudene, essa mudança teve um impacto muito grande. O que ocorrera no sistema anterior é que havia sido criado um “mercado paralelo de captação” de recursos, ou seja, o empresário renunciava e, quem era grande, podia ele mesmo capturar o recurso. Quem era pequeno não capturava com a mesma facilidade. Com isso, foi criado um mercado paralelo (dizia-se que se pagava até 30% para se viabilizar o financiamento de um projeto que estava aprovado pela Sudene). Uma intermediação perversa. A solução que foi dada foi criar o Finor, e o poder de aplicar foi passado para dentro da Sudene. Quem aprovava o projeto era o Conselho Deliberativo, e a lista dos aprovados era liberada pelo Superintendente. O projeto começava a ser realizado e, a certa altura, o empresário ligava para a Sudene para ir fiscalizar. O fiscal via se o cronograma tinha sido executado e autorizava a liberação. Enquanto teve muito dinheiro, isso fluiu. Quando começou a faltar dinheiro, a pressão política funcionou, pois você tinha que entrar na lista de prioridades. E a direção da Sudene ficou muito exposta a uma pressão que vinha de fora, o que deu muita confusão e foi originando distorções.

### **GCC: E essa é a terceira fase?**

TB: A terceira fase é quando os recursos começam a variar, porque o próprio sistema de indústria do Nordeste começa a dispersar e vai para agricultura. Analisar um pro-

jeto industrial é uma coisa, analisar um projeto agropecuário é outra. Uma mudança no sistema abrindo para outras aplicações teve um impacto importante na trajetória do sistema e da própria instituição.

**GCC: Como foi o espaço da recriação da Sudene? Houve apoio?**

TB: Eu tentei acreditar nisso. Pelo menos na época que eu participei do projeto de recriação, no começo do governo Lula de 2003-2004, teve um movimento de recriação, porque o Fernando Henrique tinha extinguido. Tinha se transformado em uma agência sem grande consistência. Houve a decisão política de recriar, mas a minha visão hoje é que já não havia mais apoio político para a recriação. Quando o projeto chegou no Congresso, você via nitidamente que a base política do próprio governo não tinha isso na sua prioridade. E, aí, o que sai é uma instituição sem nenhum instrumento de atuação.

**ROSA FREIRE D'AGUIAR (RFA): A ideia da Sudene inicial mexia com a federação. Depois acabou. Acabou sendo uma repartição de um ministério. Celso despachava direto com o presidente da República, por exemplo.**

TB: A Sudene que ele criou foi iniciativa muito ousada e inovadora de implementar uma instância de articulação política entre o governo federal e os governos estaduais. O coração da Sudene era o Conselho Deliberativo. A secretaria executiva era um apêndice, um órgão de apoio a uma instância política inter federativa, chamada Conselho Deliberativo. A Secretaria Executiva preparava a reunião do Conselho e dava consequência ao que ele definia. Aí é onde Furtado mostra a visão política dele. Ali está claro que a Sudene não era uma instituição ou uma burocracia qualquer. Era um fórum político para experiência de articulação interfederativa, coisa que o Brasil tem muita dificuldade de fazer, já que nossa federação é segmentada, integrada por entes muito desiguais.

A SUDENE que ele criou foi uma iniciativa muito ousada e inovadora de criar uma instância de articulação política entre o governo federal e os governos estaduais.

O que feneceu depois foi essa instância interfederativa, morta pelo regime militar, pois os governadores não eram mais eleitos: o que os novos governadores diziam era o que o presidente queria. O modelo do período da ditadura foi um golpe mortal no que era a essência da instituição. Depois, os novos governadores tiveram muita dificuldade de fazer isso. O que eu acho que não viabilizou a Sudene no começo do período pós-militares foram os governadores. Já estávamos em um contexto de “guerra fiscal”. O governo federal não tinha como prioridade os investimentos federais, e os governos estaduais partiram para a “guerra” para captar investimentos para seus estados. O ambiente era, portanto, hostil à ideia central de uma instância de articulação interfederativa. Cada um vai se defender como pode. Quem dá mais, leva. O empresário faz um estudo de localização e sai para conversar com os governadores. Quem der mais, leva o projeto. Esse é o contexto em que a Sudene tentou ser recriada e que a inviabilizou. Hoje é muito mais uma burocracia. O Conselho está esvaziado. Os governadores criaram um fórum paralelo. Eles se reuniam fora do Conselho Deliberativo. Só muito mais recentemente as reuniões do CONDEL passaram a ter a presença dos Governadores.

#### **RFA: Qual o alcance prático do Fórum dos Governadores?**

TB: Eu acho que é uma iniciativa boa. Não é aquele modelo da articulação interfederativa. Na instância dos estados, eles estão se articulando. Eles estão praticando a ideia do Consórcio. Já formalizaram o Consórcio e estão pensando em criar um Fundo para financiar iniciativas comuns. Eles estão avançando nessa articulação entre os governos estaduais. A ideia do compartilhamento é uma ideia contemporânea. Outra coisa que o Brasil não tem cultura consolidada, mas que é bastante atual, é a economia do compartilhamento. Eles estão criando uma instrumentalização cujo objetivo é compartilhar, por exemplo, licitações. Todo mundo não compra para a saúde, a educação, a polícia? Vão comprar um pacote só, pois a escala diminui o preço. É uma noção contemporânea de compartilhamento e acho que é nova e fora da Sudene, do governo federal.

#### **RFA: É o mesmo recorte da Sudene?**

TB: Não, é o Nordeste tradicional. A Sudene hoje inclui parte de Minas e do Espírito Santo.

#### **RFA: Como é a ideia do Consórcio?**



Acho que o Nordeste está se mexendo. Quando eu olho para o Brasil, é lá que está se mexendo.

TB: O BNB é o operador e termina sendo o definidor. O BNB não tem quem o oriente verdadeiramente, pois o Nordeste precisaria ter uma proposta comum (um projeto de futuro) para orientar a aplicação do FNE, que dispõem de recursos em volume relevante. E a orientação? Há muito não se tem um plano regional que indique quais são as grandes prioridades. De novo, a falta de uma Sudene atuante é grande. Na prática, como a Sudene se fragilizou, o BNB assumiu ao protagonismo na carteira do FNE. E há momentos em que não aplicam, entesouram: aplicam em títulos do Tesouro. O que

TB: Quem compra é o Consórcio. O governador vai comprar carteira escolar e outros também, quem vai comprar e o Consórcio e vai ceder aos estados que estão precisando. Mas não é só para compras, outras iniciativas podem ser viabilizadas nesse novo modelo.

**RFA: Onde é fisicamente?**

TB: O presidente do Consórcio hoje é o governador da Bahia, mas eles vão praticar a rotatividade. Acho que o Nordeste está se mexendo. Quando eu olho para o Brasil, é lá que está se mexendo com iniciativas inovadoras.

**MF: Você falou da dificuldade de se reconstruir a Sudene. Mas tem um instrumento lá que eu acho valioso para a região. Eu olhei o site do Banco do Nordeste para ver a disponibilidade de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Somando tudo, é da ordem de 44 bilhões de reais. Mais de 10 bi de dólares. Equivalente a toda a produção da Zona Franca de Manaus. O poder desse valor para a região é importantíssimo. Isso está sob a égide da Sudene e do BNB, que é o operador.**

não está aplicado está no mercado financeiro, rendendo para o banco. Vale destacar que mais recentemente, o Tribunal de Contas da União cobrou o Plano Regional que está na Lei de recriação da Sudene e a instituição está produzindo um.

**CARLOS BRANDÃO (CB): Mas tem algumas limitações, não é? Eu acho que isso que você comentou foi pouco estudado, são os investimentos complementares da época do Furtado que você menciona. Tinha uma estrada e você vai completar ela dentro do estado. O fundo tem essa limitação, por exemplo, o empresário, para investir na cidade tal, precisaria de um apoio de infraestrutura e isso não é possível. Essa limitação que eu acho que o Ministério da Integração (agora do Desenvolvimento Regional) vinha tentando, mas não conseguiu. Num consórcio de governadores isso seria fundamental.**

TB: O FNE veio da Constituição de 1988. No momento em que a Sudene estava se esvaindo, a Constituição conseguiu criar o Fundo. Deu um instrumento de política pública importante para três regiões. Para o Nordeste metade dos recursos e para o Norte e Centro-Oeste 25%, cada. A restrição é que só pode financiar projetos privados. Para aumentar a densidade econômica na região: o objetivo não é aplicar em projetos públicos. Por isso que ele aplica em infraestrutura, se for comandada pelo setor privado. Ele aplica na indústria, na agricultura... Agora está financiando o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). É um instrumento importante. Mas há mudanças em curso... A economia nos tempos atuais demanda uma revisita a esse tipo de instrumento de financiamento. As startups, por exemplo, não se financiam com crédito tradicional...As Parcerias Público-Privadas podem ser viabilizadas na presença de Fundos Garantidores...

**MF: Um exemplo das forças dos bancos operadores dos Fundos Constitucionais. Eu tive uma experiência na Sudene e depois no Centro-Oeste. Na época não existia Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), pois tinha sido extinta. Criaram a Secretaria Extraordinária do Centro-Oeste, para onde eu fui. Cheguei lá em 2000-2001 e vi o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). O montante era de 1 bilhão e meio de reais, e o operador era o Banco do Brasil (BB). Mostrei para o ministro que o BB estava se beneficiando para aplicação de terceiros. A distribuição do ano para a região era de 300 milhões**

Veja, vivemos um pouco essa contradição. Ao mesmo tempo em que a gente perdeu espaço nas políticas regionais explícitas, a gente construiu políticas nacionais que, pelo direcionamento delas, bateram na base social da população.

muito grande na dimensão social. Quem conheceu o Nordeste dos anos 60 e conhece o Nordeste hoje é evidente que as coisas melhoraram. Um exemplo que eu gosto de dar é um dos sonhos de Furtado. Uma das motivações iniciais dele era assistir a um período de seca onde não houvesse o drama social. O que chocou ele na infância era o drama social associado à seca. Nós acabamos de viver uma seca sem drama social. Desse ponto de vista, acho que ele estaria feliz. Era disso que se tratava. Não teve flagelado, não teve gente pedindo esmola, assalto de supermercado. Por quê? Porque as políticas nacionais sociais chegaram no meio rural nordestino. A previdência rural dá um salário mínimo aos idosos. Isso é muito importante. Tanto que agora não vai passar na reforma da previdência, a alteração desejada pelo Governo. Nenhum deputado do Nordeste iria votar uma loucura daquela, mesmo o centrão... E há o impacto de outras políticas sociais. O Bolsa Família também teve uma importância grande, mais pela sua abrangência do que pelo valor que paga, pois ele é muito pequeno. O salário mínimo da previdência saiu de R\$ 200,00 para quase mil em pouco

**de reais, um quinto do disponível. Em três anos eu fiz, com apoio do ministro, que dos 300 milhões passasse para 1 bi e meio. Tiramos o poder do BB de monopolizar os recursos. O Fórum dos Governadores não poderia ser constituído com um indicador desses investimentos?**

TB: Seria melhor os governadores irem para a Sudene e usarem o Conselho Deliberativo, pois a lei já diz que é lá o local. Para tirar de lá e colocar num Fórum é muito difícil.

**ACC: Será que eles não fariam isso?**

TB: Acho difícil. Tem outra pergunta aqui que vocês não estão fazendo, que é um pouco a coisa das políticas sociais. Eu acho que o Nordeste deu uma melhoria

tempo. Foi um lastro de renda importante: renda na veia da população, o que permite que, numa época que não tem a produção, a pessoa possa sobreviver sem precisar pedir, nem emigrar. Isso foi uma mudança social muito relevante. E é no meio rural que está concentrada a pobreza do Nordeste. Essa mudança veio de políticas nacionais. Veja, vivemos essa aparente contradição. Ao mesmo tempo em que se perdeu espaço nas políticas regionais explícitas, se construíram políticas nacionais que, pelo direcionamento delas, atingiram a base da pirâmide social nordestina.

**ACC: Estava pensando naquela primeira parte que você falou. Se aquelas primeiras políticas especialmente voltadas para a infraestrutura, teriam sido redistributivas ou concentradoras.**

TB: Tenderiam a ser concentradoras, com certeza. E foram. A concentração litorânea atenuou há pouco tempo. E a concentração da renda e da riqueza é uma marca brasileira e nordestina.

**ACC: Olha que contradição, que paradoxo.**

TB: Outra política social distributiva foi a política de educação. A política de expansão das universidades e a chegada no interior. Isso no Nordeste deu um impacto que ainda não tem estudos relevantes para mostrar. E na economia das cidades médias o investimento em educação superior foi central. A rede de cidades médias que o Nordeste tem hoje, grande parte do dinamismo recente tem a ver com investimento feito em educação. As universidades lideram este “pacote”.

**RFA: E os Institutos Federais. Eu estava vendo o mapa da Bahia e é repleto.**

TB: O papel de um instituto federal em uma cidade pequena é uma coisa fantástica. Eu estava no Rio Grande do Norte, em Pau dos Ferros, e é maravilhoso ver aquele instituto, aqueles equipamentos decentes, e a quantidade de gente de moto é uma coisa incrível. Parece uma nuvem de gafanhoto nas estradas. Aquilo muda a vida das pessoas. E é uma política nacional, não é regional. Teve uma leitura regional, pois deu prioridade ao Nordeste: quando vemos os números, a quantidade de vagas foi relativamente maior. E dentro do Nordeste foi desconcentradora. Priorizou o interior, deu

chance para quem não tinha. É uma mudança que veio desse outro ciclo que não era mais de políticas regionais que tinham minguado, mas de políticas nacionais que tinham essa capacidade de chegar perto da população que precisa mais, como a do interior. Foi um ciclo que, no caso do Nordeste, sentimos com muita força. Eu acho que essa resposta política que o Nordeste deu recentemente tem a ver com isso. O mapa da eleição de 2018 no Nordeste se diferencia do resto do Brasil. Por quê? O pessoal diz que foi o Bolsa Família. Não. O Bolsa Família sozinho não tem dimensão para explicar isso. Foi um conjunto de políticas que mudou a vida das pessoas. As pessoas sentiram os efeitos e expressaram isso na hora de votar. Eu tenho essa explicação. O carro-chefe foram as políticas sociais. Estávamos muito acostumados a discutir políticas econômicas. Promover o desenvolvimento econômico. E no período recente se foi pelo caminho de políticas sociais que geram economia. Investir em educação gera economia. Outro dia eu fui a Juazeiro do Ceará, que crescimento!... Duas universidades públicas, uma federal e uma estadual e as privadas, que foram atrás de um mercado potencial. Tem hospital público e privado, curso de medicina público e privado, professores e alunos que vêm do Brasil todo... Estimulou o setor imobiliário, dinamizou o comércio, a rede de hotéis, os bares e restaurantes...

O mapa da eleição de 2018 no Nordeste se diferencia do resto do Brasil. Por quê? O pessoal diz que foi o Bolsa Família. Não. O Bolsa Família sozinho não tem dimensão para explicar isso. Foi um conjunto de políticas que mudou a vida das pessoas.

**ACC: Foi importante que, nessas políticas nacionais, o Nordeste tivesse prioridade. Isso foi importante, pois foi desconcentrador. Não sei se sua concepção de economista regional, se isso não mudou a sua cabeça desse ponto de vista.**

TB: Completamente. Principalmente porque minha vinculação inicial era à Sudene, que tinha como foco o desenvolvimento econômico. O desafio da Sudene inicial era mudar a estrutura econômica nordestina. Se conseguisse romper a estrutura econômica, chegaria a melhorias no campo social...

A premissa era partir da estrutura econômica, que era o centro do diagnóstico de Furtado sobre a seca. Para ele, a seca não era o problema. O problema era a estrutura econômica que estava instalada naquele território. Se rompesse com ela, enfrentaria o problema social.

O social, para minha geração, vinha como decorrência de uma mudança estrutural na economia, muito mais forte do que uma discussão com foco no social. Na redemocratização, o Brasil fez uma discussão muito interessante sobre políticas sociais. O que fizemos recentemente, eu acredito, deve-se muito à nossa discussão no processo de redemocratização. A crítica que se fazia era a seguinte: o Brasil se tornara a oitava economia do mundo e apresentava um quadro social dramático. Portanto, era preciso colocar fichas na dimensão social. Essa crítica que o constituinte ouviu e que os governantes aplicaram depois. Foi preciso combinar política econômica com política social. E não mais privilegiar uma ou outra. Era preciso combinar as duas, propunha-se. Isso é que se tentou fazer e que no Nordeste deu certo.

**ACC: A constituinte foi um marco.**

TB: A constituinte qualificou, por exemplo, as políticas de assistência social, que o Brasil não existiam como política pública. Política assistencial era “coisa de primeira-dama”, não era política social. O que o constituinte fez? Tomou como referência a política social mais avançada que se tinha - o Sistema Único de Saúde (SUS). E colou a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) no SUS. Trouxe o que o país tinha de mais atrasado para o que tinha de mais avançado. E, assim, construiu a LOAS. E grande parte dos efeitos sociais positivos que o país e particularmente o Nordeste e Norte experimentaram, tem a ver com a Loas. Uma política de assistência moderna que o mundo inteiro reconhece. Esse foi um avanço, e o germe está na constituinte de 1988.

**MF: Teve um regionalista que assessorou os deputados que fez um trabalho competéssimo juntando as representações da Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste, Armando Mendes. Eu acompanhei esse trabalho no Congresso. Ele dava expediente no Congresso tentando convencer os deputados e conseguiu. Tem muito a ver com a articulação que o Armando fez.**

TB: Fez um trabalho maravilhoso.

**GCC: Hoje a senhora vê um desmonte dessas políticas no atual governo?**

**CB: Seria interessante um balanço sobre essa tendência. Identificar avanços que estão enraizados e que não mudam, apesar da conjuntura de crise e do ambiente político atual. E o que não está enraizado e pode regredir... Exemplo: o Governo tentou mexer no BPC e não conseguiu adesão no Congresso... Mas a regulação do mundo do trabalho tem mudado muito, e em desfavor dos trabalhadores...**

TB: Eu acho que o avanço no ensino superior, por exemplo, não muda. Quem me disse isso foram as manifestações dos estudantes, neste ano de 2019. A dimensão e os locais numerosos onde ocorreram é uma coisa nova no Brasil. A sociedade brasileira não valorizava a educação mas tende a valorizá-la crescentemente, mesmo que o governo não faça sua parte. Governo não valorizava, mas as famílias também tinham muita dificuldade de valorizar. Com a experiência que o país viveu e com as demandas da economia neste século, o quadro mudou. E a dimensão daquelas manifestações e os lugares onde elas ocorreram (o mapa) é um fato novo no Brasil. Não é mais um evento metropolitano. Foram em cidades pequenas. E a juventude na rua dizendo que quer estudar. Isso é novo. Eu acho que isso não muda. Podem tentar, mas vai ter resistência. E vai ter resistência em gente jovem que está construindo ainda seu futuro. Portanto, a desvalorização da educação afeta o seu projeto de vida... Eu vejo isso com expectativa muito positiva.

**GCC: O que tem capacidade de regredir?**

TB: Muito do que eu falei até aqui – o que era o Brasil - está acabando. Temos que ter consciência de que estamos em outro momento. O mundo está em fase de transição profunda, não é só o Brasil. Com desafios que são novos ou que se ampliaram. O desafio da sustentabilidade ambiental não estava na nossa agenda e vai precisar estar. Os economistas, por exemplo, tem que colocar a sustentabilidade ambiental na sua agenda. Economista da minha geração não colocava. O departamento de recursos naturais da Sudene era um dos mais fortes, mas o nome está dizendo: a natureza era vista pelos “recursos naturais” que abriga. Tínhamos que olhar para a natureza no Nordeste e ver o que podia ser considerado como “recurso” para a economia usar. É diferente de tratar do meio ambiente, na sua real complexidade e dinâmica específica.

De tratar o ecossistema do semiárido, por exemplo, respeitando suas especificidades... Nossa agenda agora é como fazer isso. Identificar que tipo de utilização é ambientalmente sustentável. Houve outra mudança no Nordeste que era ponto central no pensamento de Furtado. Ele queria desmontar as estruturas econômicas antigas. As duas principais foram desmontadas. O domínio na zona da mata do complexo açucareiro perdeu peso relevante, pois desde o Proalcool este complexo veio para o Sudeste/Centro-Oeste e desmoronou no Nordeste. Ainda existe, mas está se reestruturando, e não tem mais a hegemonia que teve no passado e nem vai ter. Para sobreviver, tem que se reestruturar. Tem que combinar atividades, com destaque para a produção de energia (biomassa), e se modernizar. Também está diante de um desafio novo. Não basta se reproduzir: tem que se reinventar para sobreviver. E o outro grande complexo - gado, algodão, policultura - estrutura que Celso Furtado analisou em profundidade e de onde vinha o problema social da seca - também mudou. No GTDN ele “colocou o dedo na ferida”: o problema é essa estrutura do latifúndio pecuário que é liderado por um pecuarista que deixa produzir em suas terras algodão, milho e feijão, por milhares “moradores” ou meeiros, que ele pode colocar para fora na hora que quiser e que não tem nenhum direito, e na época da seca, morre de fome... Aquela estrutura desmontou, quando o algodão acabou, no final do século XX, início do XXI... É preciso colo-

Estamos mergulhados na crise. Nossa energia está sendo consumida pela crise. E por essa proposta de desmonte, é vender, é negar. E colocar o que no lugar? A pergunta é essa?



car novas estruturas econômicas no lugar... Vale destacar que quando o algodão se inviabilizou, a única fonte de renda monetária da maioria dos sertanejos pobres, desapareceu. Mas, quando estava acabando o algodão, estava chegando o Bolsa-Família, a Previdência Rural... Então a realidade dos sertões nordestinos hoje, não é a que Celso Furtado estudou em meados do século passado.

**ACC: Vieram as frutas, vinhos, outras coisas.**

TB: Outra realidade. Quem plantava milho e feijão, hoje atua na fruticultura (irrigada ou de sequeiro), está produzindo doce, fazendo apicultura, vendendo castanha do caju ... Está produzindo alimentos orgânicos (as feiras orgânicas do Nordeste são um sucesso...). Eu estou dizendo é que a agenda que temos que discutir é outra. O mundo mudou e o Nordeste também. Ou a gente valoriza a construção de uma agenda nova ou estamos defasados e longe dos desafios atuais. E veja, esse também é o problema do Brasil. Antes do Nordeste, temos que discutir o Brasil. O Brasil está mergulhado na crise. Nossa energia está sendo consumida pela crise. E por uma proposta de desmonte: é vender, é negar o que se fez... E colocar o que no lugar? A pergunta é essa? O momento que o país vive é delicado. Não estamos com muito espaço para propor uma coisa nova. E o Brasil precisa de um novo horizonte...

**MF: Um jornalista brilhante acaba de afirmar: “Os economistas acadêmicos são conhecidos pelo uso de palavras mais para esconder do que para revelar”. Discípulas de Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e Tânia Bacelar, diferem desta constatação, despertam plateias pela fala fácil; uma, em tom quase sempre bravo; a outra, sempre em tom ameno. O que repassar para os jovens economistas sobre como se fazer entender pelo grande público? Me preocupo muito com a formação dos economistas. Como convencer os jovens a conseguir essa habilidade de se comunicar com o grande público, fazer do economês algo simples?**

TB: Eu não sou uma acadêmica pura. Eu sempre tive um pé na academia e outro no setor público. Minha vivência não é só da academia, que tem seus rituais e sua linguagem. Eu sempre fui meio subversiva. Eu sempre respeitei o ritual acadêmico, mas me sentia com legitimidade para não respeitar tanto. Quando você está na vida pública, você tem que explicar o que está fazendo. Quando fui Secretária da Fazenda em meu estado, a

assessoria de comunicação me dizia que ia me colocar no rádio. E lá eu tinha que explicar o que é déficit público para quem ouve o rádio – a dona de casa, o cara que trabalha fazendo biscate..., e eu tinha que me esforçar para explicar para eles o que eu estava fazendo. Foi um processo de aprendizado muito importante... e foi uma lição que aprendi e não esqueci... Talvez isso tenha me feito não ser tão acadêmica. Acho que a economia que predomina nos nossos cursos têm como método principal, o dedutivo. Temos as premissas e deduzimos a dinâmica econômica... Quando se vem para a realidade, sinto que temos dificuldade de entender sua real dinâmica, suas especificidades, sua heterogeneidade... Eu fui formada numa escola de pensamento na qual o método dialético era importante. Eu acho que ele ajuda mais a entender o que vivemos. Eu tenho que partir da tese, fazer análise, identificar a antítese, fazer a síntese... para poder chegar entender a realidade. Isso, para mim, ajuda a ter mais clareza. Depois que eu voltei do doutorado fui atuar no departamento de Geografia, lecionando disciplinas de Economia na pós-graduação em Geografia... Lá eu tive um aprendizado muito interessante, para mim, que era da Economia Regional. O geógrafo trabalha com o espaço concreto. Ele usa muito o método indutivo. Aquilo me chocou e estimulou muito ao mesmo tempo. Lidar com o espaço concreto é muito difícil para o economista. O espaço da teoria econômica é o espaço abstrato. O mercado é um “lócus”: é um espaço abstrato onde se encontram consumidor e produtor. E o mercado concreto? O economista, principalmente, a maioria dos nossos, que são formados com esse tipo de escola teórica, tem muita dificuldade de lidar com a realidade. O Brasil não é uma realidade simples. É complexa. Por isso que eu gosto muito hoje da proposta da Universidade Federal do ABC (UFABC). Me encantou. Eles vêm do problema, vão para a teoria, e voltam para o problema. Eles jogam a moçada na realidade. Em geral, se faz o contrário: mergulha o aluno no mundo da teoria e depois pede para ele escolher um problema para resolver. O pessoal do ABC está perguntando desde cedo: qual é o seu problema? Quais são as teorias que conseguem explicar o seu problema. Onde ele já foi enfrentado, em que condições... Acho que nossos cursos de economia precisam mudar também. Nossos métodos precisam mudar, a abordagem multidisciplinar pode ajudar muito...

**MF: Isso foi praticado aqui pela primeira vez pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), e ainda hoje é uma referência na área de engenharia e de tecnologia. A UFABC é a mais internacionalizada de nossas universidades, aquela que tem mais trabalhos conjuntos acadêmicos com outros do mundo inteiro.**



A visão que se tem do semiárido, mesmo para a gente do Nordeste, é a visão de uma região problema. Dialoga com a palavra problema. E o diálogo com a palavra potencial tem que vir do conceito de sustentabilidade.

**TB:** Eles me explicaram que procedem assim: o aluno define o problema a enfrentar, buscam as teorias que explicam aquele problema e pesquisam no mundo quem já enfrentou esse problema.... para propor a solução. A internacionalização está no centro do processo metodológico deles. Eu acho que eles são inovadores. E vão dar um resultado diferente.

**MF:** **Você correlaciona desenvolvimento com sustentabilidade e mudanças climáticas. Em andanças anuais, ao atravessar o semiárido nordestino, é chocante o volume de sacos e sacolas plásticas penduradas aos galhos da vegetação da caatinga. No Brasil, ainda se associa água encanada e esgotos sanitários aos serviços exclusivamente urbanos, mas é visível a ausência de coleta de lixo e carência de informações sobre higiene e saúde pública na zona rural. Como chegar ao semiárido nordestino, densamente povoado, os objetivos do Desenvolvimento Susten-**

## **tável (ODS)/2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)? Isso seria um assunto para o Fórum dos Governadores?**

TB: Seria. Eu acho que é preciso revisitar o semiárido. A visão que se tem do semiárido, mesmo para nós, do Nordeste, é a visão de uma “região problema”. É preciso identificar o potencial deste território e para isso, é preciso vir do conceito de sustentabilidade. Há que realizar uma ruptura na abordagem tradicional... Ao mesmo tempo, nosso semiárido tem uma riqueza muito grande, uma diversidade enorme para a qual a maioria não olha. Um dos desafios do Nordeste hoje é esse: ter uma leitura diferente daquele ecossistema, a partir dessa visão que está por trás dos ODS, da sustentabilidade, do aproveitamento da biodiversidade em padrões modernos... Colocar conhecimento avançado para aproveitar a biodiversidade única que se tem ali, naquele bioma.. Produzir e criar gado não é a solução. Isso foi a ocupação antiga... Acho que esse tema vem do debate da questão ambiental, da biodiversidade e da associação disso com o avanço do conhecimento em várias disciplinas... Só o conhecimento vai conseguir propor um uso diferenciado desse potencial que temos ali. Agora, o problema do saco plástico é um problema mundial. Foi essa escolha que a sociedade fez. Ou vamos mudar também isso, ou a natureza não aguenta. Novamente, a questão ambiental está no centro de uma proposta nova. Se não partir dela, vamos repetir erros do passado. Mas, a inércia tem uma força muito grande. Fazer essa ruptura não é simples.

### **RFA: O Instituto do Semiárido (Insa) faz alguma coisa de positivo na região?**

TB: Faz. Mas é muito tímido para o tamanho da missão que ele tem. É uma semente muito interessante. O problema é a escala.

**MF: EEle foi recentemente desafiado com a política do atual presidente, muito influenciado por Israel, na questão da dessalinização da água. Mas isso deu força ao Insa agora. Muita gente do Ministério da C,T&I com ligação do pessoal técnico do Insa.**

TB: Descobriram que já se tem muita experiência em dessalinização aqui.

**MF: Perdemos a capacidade de planejar. No Brasil, sobrevive o Plano Plurianual (PPA) como peça de um orçamento fictício. O país não dispõe de um Plano Nacio-**

O que puxava era que o Brasil está pifando. Esse é o problema do Brasil. Ele fez uma opção para ser uma potência industrial e está queimando o parque industrial que ele fez. Ele quer ser o quê, nesse mundo que mudou? Esse problema do planejamento é um problema do Brasil, que não tem mais uma estratégia de longo prazo, não precisava nem ser plano.

planejamento é um problema do Brasil, que não tem mais uma estratégia de longo prazo... não precisava nem ser um plano detalhado. Supostamente vamos equilibrar a Previdência e o orçamento público para ir para onde? Se o país souber para onde quer ir, consegue clarear as iniciativas estratégicas. O resultado da privatização vai ter que destinação? Vai ser queimado na “fogueira” da dívida pública, como já se fez? Ou uma parte relevante vai ser destinada a patrocinar investimentos estratégicos. Estamos em um momento no qual precisamos fazer esse debate no Brasil. O país precisa se reposicionar no mundo, pois está perdendo espaço. Está queimando o que fez no século XX. Só que

**nal de Desenvolvimento, nem de planos nacionais setoriais. Neste limbo, o Nordeste por meio da Sudene tenta elaborar um Plano Regional de Desenvolvimento (PRDNE), no qual, sustentabilidade, ciência, tecnologia e inovação são alguns dos seus pilares. Como garantir, além da boa intenção, recursos financeiros e capacidade institucional para sua implementação, de modo a sair dos modestos 14% em 2016, de participação do Nordeste na economia nacional?**

TB: Não sei se eu colocava isso como problema central. Se representar 14% de uma economia nacional pujante e a maioria da população viver bem... O que preocupa hoje é que a economia do Brasil está patinando... Esse é o problema do Brasil. A sociedade fez a opção de ser uma potência industrial no século passado e está “queimando” o parque industrial que construiu. E o país quer ser o quê, num ambiente mundial marcado por grandes mudanças? A desvalorização do



A esquerda tem que ter uma agenda de reforma. Não assumimos isso. Quem assumiu foram os conservadores. Então, estamos fazendo reformas conservadoras.

o século XX não vai se reproduzir: a realidade do século XXI é outra. Não estamos nos recolocando face aos novos paradigmas mundiais... O Nordeste está tentando fazer essa discussão, mesmo que ainda timidamente com o PDRNE e no Fórum de Governadores... A origem do PRNDE é um parecer do Tribunal de Contas da União, que realizou uma auditoria na Sudene, Sudeco e Sudam e destacou que a lei manda elaborar um plano de desenvolvimento regional, e essas instituições não tinham tomado iniciativa nessa direção. O TCU cobrou tal plano sob pena de haver punição. O que provocou, assim, a discussão atual foi menos a vontade política de criar uma estratégia nova para o desenvolvimento regional do que uma resposta a uma imposição do TCU. O PRNDE assume o conceito de desenvolvimento sustentável e assume como diretriz estratégica a promoção da inovação, dado que estamos diante de um momento de ruptura tecnológica. Os economistas estão usando palavra da geologia: vive-se uma outra “era”. Queremos qual Nordeste? Isso ajuda o Nordeste. Nos tira da postura que comandou a discussão do Nordeste nos últimos tempos, que é a postura de lamentar ter perdido o trem da industrialização. E a própria energia que a Sudene criou foi em torno disso. A indústria nacional descarrilhou. A pergunta é a mesma?

A questão é como o Brasil e o Nordeste sintonizam com as tendências do século XXI. Não se vive mais no domínio da indústria de transformação tradicional e a questão é: que outras atividades emergem para além da atividade manufatureira? Essas são as perguntas que o Brasil e o Nordeste precisam fazer. Os nordestinos precisam parar de lamentar o passado e pensar no futuro. Como aproveitar o bioma caatinga de maneira diferente? A biodiversidade será muito valorizada no século XXI e o rico patrimônio da caatinga é “constituído por diferentes espécies de vegetação de savanas e florestas adaptadas às condições semiáridas, o que significa, pelas suas características, que grande parte do patrimônio biológico dessa unidade biótica não pode ser encontrada em outra região do nosso planeta”, como destaca o Instituto Nacional do Semiárido (Insa). O desafio é o de colocar inteligência na construção de novas soluções.

Por sua vez, a infraestrutura econômica que Celso Furtado pensou era a de transporte terrestre. Hoje, a infraestrutura que o Nordeste está querendo é a de telecomunicações. Mais do que pessoas e mercadorias, o que circula hoje é a informação, dados, imagens... Ou o Nordeste se integra na infraestrutura de comunicações do Brasil, ou vai se criar outra exclusão: a exclusão digital da nossa população. Portanto, a discussão mudou, os desafios são outros. Essa é a agenda que temos que ter.

Precisa-se ainda de rodovias no Nordeste? Sim. No entanto, torna-se cada vez mais importante ligar o Nordeste nas infovias do mundo. O Ceará está com uma proposta muito interessante: “Cinturão Digital”. Precisa-se também valorizar a iniciativa de pequenos empreendedores que levam conectividade para cidades de pequeno porte, investimento que não interessa às grandes empresas. Imagina, hoje, uma pessoa nascer num lugar que não lhe permite ter acesso ao telefone celular... Ela já parte com uma defasagem central para o futuro dela. Esse é um desafio novo que não estava na agenda da antiga Sudene.

No novo contexto, inovação é fundamental. Helena Lastres tem uma reflexão com a qual concordo: a palavra inovação tende a nos levar a pensar na introdução do conhecimento de ponta. É disso que se trata, mas não é só disso. A inovação inclusiva, que é um conceito cada vez mais usado, é muito importante. Levar a inovação a atividades que fazemos do jeito tradicional e que você pode fazer diferente, de maneira a aumentar a produtividade, é também muito importante. Entre o padrão atual e o de ponta, há um espaço enorme, e o debate sobre inovação precisa ser um debate associado à discussão da inclusão. Política social sozinha, não resolve. Cada vez mais importante é política de inovação com esse olhar para a inclusão de todos na nova era

do conhecimento. O conceito de inovação precisa ser discutido, pois a nossa preocupação com a questão social precisa estar na agenda do século XXI.

**MF: O Brasil não tem uma definição única, um consenso do que seja inovação. Acho muito boa a preocupação de vocês. A Sudene completa sessenta anos de existência com enormes desafios, mas com robusto FNE, com cerca de 44 bilhões de reais. Não seria o caso de destinar um valor razoável destes recursos para minorar a pobreza e diminuir as desigualdades dos seus 56 milhões de habitantes, sobretudo do semiárido, em programas de desenvolvimento social: saneamento, educação básica, saúde pública e geração de empregos?**

TB: A lei que criou o FNE diz para aplicar 50% dos recursos em projetos produtivos privados ou infraestrutura privada. Para mudar a aplicação tem que mudar a lei, e ela já foi mudada recentemente. Os governadores conseguiram um percentual para aplicar em infraestrutura pública dos estados. Eles conseguiram essa mudança pois os estados estão em dificuldades financeiras.

Mas, o FNE deveria investir mais em inovação, se a inovação é prioridade estratégica. O que o BNB investe hoje em inovação é muito modesto. É preciso discutir o que o FNE está financiando. Sua carteira atual concede relevância para um projeto de desenvolvimento com foco na inovação? Outro problema: as mudanças em curso são tão grandes que o crédito tradicional não responde mais à demanda que o Nordeste tem. Temos que discutir novos modelos de financiamento. O crédito tradicional requer que o beneficiário possa dar garantias ao banco. Mas, hoje, um jovem empreendedor inovador tem um negócio que é maravilhoso e não tem garantia nenhuma. O banco financia?

O modelo tradicional de financiamento não dá conta dos desafios que o Brasil e o Nordeste têm hoje. Estamos com modelos de financiamento do século XX e a realidade está pedindo novas soluções. Essa é uma discussão riquíssima. Como institucionalmente se organizam novos modelos de financiamento?

Temos uma agenda com quatro perguntas, pelo menos: o que o país e a região querem ser? Para isso, o que temos que fazer? Como financiar? E como, institucionalmente, vamos organizar?

**MF: No futuro, quiçá no presente, o Nordeste, em seu potencial, tem na bioeconomia uma solução plausível e inovadora. Há empreendedores capazes na região e políticas públicas para efetivá-la? Em caso negativo, como constituir-la?**

TB: Eu diria que não, pois não está com prioridade na agenda atual. Não se tem a percepção de que isto é parte do novo e que para este novo nós temos potencial. Quando tivermos essa percepção, pode ter financiamento para que se avance na bioeconomia...

**ACC: Não vejo no horizonte como saindo do campo financiamento público, vamos retomar um modelo que ainda dependa desse setor.**

TB: O Brasil está muito acostumado com financiamento público. E o financiamento público já mostrou que tem um limite. Temos que aprender a combinar vários modelos de financiamento. Temos que avançar na consolidação do Estado regulador. O Estado regulador do Brasil é muito insipiente e burocratizado. Nunca valorizamos isso. Acho que até mesmo no campo da esquerda, que defende a intervenção do Estado e o Estado provedor, este debate é ainda insuficiente. Se houver a participação privada e regulação decente, onde o interesse público seja preservado, qual o problema? O problema é construir isso. Como construir isso num país como o Brasil? Estamos diante desse desafio.

**ACC: Eu estive em uma reunião com representantes de vários *think tanks* relacionados à área da sustentabilidade. Ali, a agenda dos problemas da sustentabilidade era muito consensual. Eu acho que no nosso campo não tem consenso estruturado para o que fazer. A situação é muito grave. Não vai haver nenhum passo mínimo do governo em criar uma ação estratégica. Essa talvez seja uma vocação para o Centro Celso Furtado. Capitanear essa discussão, reunir as instituições da sociedade civil que precisam pensar questões estratégicas.**

TB: Sustentabilidade e inovação dialogam com o futuro. Desigualdade fala com o passado, mas arrisca de voltar com força na agenda brasileira.

**RFA: O problema é que temos desafios a enfrentar no Nordeste que são do século XIX. A educação básica, por exemplo.**

TB: O Ceará está enfrentando esse problema e está liderando o desempenho no ensino básico no país. O Nordeste tem essa agenda e está disposto a avançar nela. Está mais certo que Pernambuco, que pegou o atalho, com o governo Lula, do ensino superior sem priorizar os outros dois. No Ceará, o governo do Estado está apoiando os municípios.

**RFA: O que deu errado? Tentamos com o governo Lula começar a superar de alguma forma esse imenso problema brasileiro que é a brutal desigualdade. Algo deu errado. A esquerda não está conseguindo resolver os problemas importantes do país e tem que recuperar um espaço perdido. Qual foi o enfoque que não vimos direito? Precisamos modernizar nossa cabeça? Tem algo mais grave.**

TB: Eu acho que teve muitos erros. E teve as circunstâncias. Vivemos um governo progressista num momento excepcional. O governo Lula se insere numa janela de oportunidade. Ela se fechou no mundo. Ele atuou num momento muito positivo no mundo. Se tivesse sido eleito nas outras vezes, não teria sido o que ele foi. Ele focou nas políticas sociais e de inclusão e conseguiu dar certo dinamismo à economia. Nisso ele acertou. Mas o Brasil precisa fazer mais... A esquerda tem que ter uma agenda de reforma. E fazê-las com viés progressista. Não assumiu isso. Quem assumiu foram os conservadores, numa conjuntura muito adversa aos trabalhadores (desemprego elevadíssimo). Então, estamos fazendo reformas conservadoras. Precisa-se fazer reforma trabalhista? Precisa, mas teria que ser no auge do desemprego e sem participação dos trabalhadores? A esquerda precisa aprofundar a discussão sobre o novo mundo do trabalho e sua regulação. O mercado de trabalho mudou. O emprego do século XXI não é o do XX, Lula disse recentemente: o movimento sindical precisa se reinventar. Na agenda progressista podia ter a reforma trabalhista. Se os progressistas não fazem, a direita faz, e no pior momento, desmontando conquistas importantes. A reforma da Previdência precisa fazer? E precisa ser essa? A agenda já estava sinalizada, tanto que Lula e Dilma fizeram mudanças no sistema previdenciário. No setor público a mudança que fizeram foi fundamental. Quem entra no setor público hoje contribui para um fundo público, e não um fundo privado que o ministro da economia quer fazer. Não sei em que país ele vive. O trabalhador brasileiro, a imensa maioria com renda baixa, vai capitalizar durante a vida para financiar sua velhice? Um país consumista, que não sabe poupar. Acho que ele está em outro país... Não temos condições reais para ter uma previdência baseada num fundo privado para o qual quem contribui é o trabalhador. Isso é um inviável. Ou ele não conhece o Brasil? O trabalhador, na sua maioria, não sabe lidar com aplicações financeiras e com taxa de juros e vai gerir sua capitalização? A agenda dos progressistas precisa ser revisitada... O erro foi mais no que não fez do que no que se fez.

**RFA: Ficou devendo. Nesse sentido, eu digo que o nocaute foi muito forte e temos que pensar no que fazer. Por onde recomeçar. Não vemos nenhuma liderança.**

**CB: Conta um pouco do seu doutorado.**

**ACC: E da sua trajetória pública.**

TB: Eu saí do dia a dia da Sudene para fazer a pós-graduação, financiada por ela. Foram cinco anos na França. Quando eu voltei, a Sudene já estava na fase decadente. Já não me encontrei na Sudene. Por coincidência, dr. Miguel Arraes foi eleito em 1986 e me chamou para ser Secretária de Planejamento. Nos conhecemos através de Jäder de Andrade. Naquela época era diferente das campanhas de hoje. O candidato tinha um grupo técnico que fazia o programa de governo. Vivíamos a fase da redemocratização, na qual o candidato tinha que dizer a que veio. Jader, uma pessoa maravilhosa, era o coordenador do grupo técnico. Eu trabalhei no grupo do programa.

Tive reuniões com o governador e, no final, ele me chamou para integrar o Governo. Era um governo de ruptura em Pernambuco e num contexto muito adverso da economia do país e do estado (1987...), hiperinflação, crise da dívida... E dr. Arraes voltara do exílio, encontrando o país muito diferente do que deixara. Foi uma experiên-



[...] você precisa ter uma leitura pública a cada iniciativa. Na Fazenda, principalmente, eu apreendi isso sofrendo [...]

cia interessante. Com um ano de governo, o secretário da Fazenda se desestabilizou face a atuação do movimento sindical, e ele me colocou para responder pela Fazenda enquanto escolhia outro Secretário. Eu passei dois meses acumulando as duas secretarias. Um belo dia, durante o carnaval, ele me chama para dizer que estava procurando um secretário de Planejamento, porque eu ia ficar na Fazenda. Foi uma grande experiência, até mesmo porque este é um ambiente essencialmente masculino. E esse cargo implica em muito relacionamento com os empresários, e isso no governo Arraes era difícil, pois ele não tinha boa relação com o meio empresarial. Assim, tive um aprendizado importante ao exercitar o diálogo com o mundo empresarial nesse contexto político. Essa experiência no setor público me deu a visão de que economia e política são irmãs siamesas e que é preciso que o diálogo se faça permanentemente. Que, portanto, você precisa ter uma leitura política a cada iniciativa. Na Fazenda, principalmente, eu apreendi isso numa conjuntura difícil: tinha que saber com quem você conversava, quem vai ser contra e a favor as medidas que o Governo implementa. Você tem que construir politicamente cada medida econômica. Foram muitas experiências: uma escola incrível.

Um belo dia, eu recebi uma comissão de um pessoal que confeccionava sapato artesanal no Morro de Casa Amarela. Eu nem sabia que existia essa atividade econômica num bairro residencial popular. Existia e era praticada de modo informal. E eu sentei com a comissão de produtores de sapato e meus diretores, pois nunca recebia ninguém sozinha, e eles disseram que vieram propor a “pauta” do calçado... Começaram dizendo: “a senhora não faz a pauta do tomate? A gente quer a pauta do sapato”. E detalharam: a gente produz, mas precisa entregar no comércio, dentro da loja de nossos clientes. Então, entregamos de madrugada, escondido, pois não temos formalização. Botamos dentro da loja, pois o cliente só nos paga se a mercadoria estiver dentro da loja. O risco todo é nosso. Se o fiscal pega, quem perde somos nós. A gente não quer ser informal, quer ser formal. Mas não podemos competir com a grande indústria com essa carga tributária. Então, viemos pedir a senhora para construir a “pauta do sapato”: ou seja, a Fazenda estima o preço (base da tributação baixa) e aplica alíquota do imposto. Era assim que se fazia com produtos agrícolas (o que se chamava de pauta agrícola). Isso reduzia a carga tributária e viabilizava a formalização deles. Eu disse que iria estudar. Eles abriram as contas deles, nós calculamos o preço e criamos a pauta. Veja que aprendizado. Esse aprendizado é uma coisa muito rica. Outra vez, estava numa situação semelhante, ou seja, lidando com uma atividade informal.

Pernambuco tem um grande polo de moda na área do entorno de Caruaru. É um polo enorme que era todo informal, na época. Todo mundo faz alguma coisa na cadeia da confecção e quase não havia desemprego na região. Eu, recém-

assumida, na Fazenda, e recebo o pessoal da fiscalização para fazer uma operação forte em Santa Cruz do Capibaribe. Eu pedi tempo para analisar e falar com o governador. Fui para o governador e ele me disse “Isso é uma iniciativa muito importante naquela região, mas a informalidade, por enquanto, é central para a sobrevivência dessas produtores. Ao invés de fiscalizar, faça de conta que não está vendo... “Deixe que esse negócio se consolide”. Era a visão de um político, que um acadêmico não teria. Ele, no entanto falou com muita convicção. Tenho consciência de que aquela decisão ajudou o polo de confecções a se fortalecer. Nos anos, 90, com a concorrência com a China, quase que o polo fecha, mas não fechou por causa da moda. Já na Fundação Joaquim Nabuco, para onde fui dirigir o Departamento de Economia ao sair da Secretaria da Fazenda, participei de um estudo sobre aquele polo de confecção. Fizemos entrevistas com os produtores para saber como sobreviviam à disputa com os chineses. O segredo é que o produto chinês era barato mas as peças eram todas iguais... Nossos produtores se diferenciavam pela diversidade na oferta: copiavam os modelos dos atores e atrizes da “novela das 20h”. E os clientes, assim, ficavam na moda...

A segunda experiência foi na prefeitura do Recife. Foi a experiência mais difícil que vivenciei. O Prefeito eleito era João Paulo, do PT, sucedendo Dr. Roberto Magalhães, do antigo PFL: outra experiência em governo de ruptura. O prefeito não tinha programa de governo detalhado: se elegeu inesperadamente lastreado numa folha de papel onde constavam 13 pontos. E eu era secretária de Planejamento, instância a quem cabia definir o futuro da cidade. Era também atribuição dessa secretaria o controle urbano, que é a tarefa mais difícil de fazer no Brasil. O espaço público é de todos, mas cada cidadão acha que pode fazer o que quer... Você lida com o habitante de uma mansão que coloca uma cerca verde no terreno onde está uma rua. Se a Prefeitura for fiscalizar, vem um vereador e diz que não se pode tirar a cerca verde... Você quer organizar uma feira de artesanato que opera nos finais de semana numa praça pública,

[...] nós ganhamos somente o governo. O poder é outra coisa, completamente diferente.

não pode mexer nas barracas pois tem os vereadores que patrocinam os comerciantes da praça, e vão ao Prefeito dizer: não mexa naquela praça não. Você vive a realidade da política tradicional a cada passo...

A última experiência pública que tive foi na Secretaria de Políticas Regionais do então Ministério da integração nacional, no primeiro governo Lula. Aí foi diferente. O governo federal é mais fácil, pois os problemas estão mais distantes do gestor. O mais difícil é a instância municipal. Mas se aprende que no nível Federal as pressões vêm através de outros mecanismos. São experiências completamente diferentes. Todas marcaram, sem dúvida, a minha formação, e me ajudaram a entender como lidar com a política. Todos os três cargos que assumi eram governos que substituíam governos conservadores. E dr. Arraes me deu uma lição. No meu primeiro despacho com ele, me disse: olhe, nós ganhamos o governo, mas não ganhamos o Poder e devemos continuar na oposição. Entendeu? Eu respondi que não. Ele disse: vá pensar e depois a gente conversa. Três despachos depois, ele perguntou: pensou no que eu lhe disse? Pensei. Entendeu? Eu disse, continuo sem entender bem... Ele disse, então vou lhe explicar: nós ganhamos somente o governo. O poder é outra coisa, completamente diferente e está em muitos outros lugares. Não se encante com o poder. Nós não ganhamos o poder.

Isso para mim foi uma lição de vida enorme, de uma pessoa experiente que sabia distinguir as duas coisas. Em uma frase, ele definiu o meu comportamento no exercício do cargo que exerci. E a vivência foi me dando exemplos... O Tribunal de Justiça, por exemplo, onde predominavam indicados pelos governos anteriores, as demandas da Secretaria da Fazenda tendiam a ser negadas. Perdíamos frequentemente...

Outro aprendizado estava na outra frase do governador: ganhamos o governo mas precisamos continuar na oposição... Fui aprendendo que a estrutura administrativa que recebemos não estava organizada para implementar o programa de governo vitorioso nas eleições. Uma parte grande da população, por exemplo, não tinha acesso à luz elétrica, a maioria no meio rural, vivendo em residências dispersas no território, atomizada... E a solução técnica de uma das melhores empresas do Brasil na época (a CELPE) era para atender à demanda concentrada nas cidades. Para a demanda dispersa, a solução da época era economicamente inviável. Teríamos que encontrar outra solução técnica. E isso era um desafio grande. Mas Pernambuco o enfrentou e conseguiu praticamente universalizar o acesso à luz elétrica.

Outra lição: quando você entra no governo, perde sua autonomia. Sabe a hora que

A dimensão da  
financeirização,  
que não estava na nossa  
agenda do século XX,  
que precisa estar na  
agenda do século XXI.

entra e não sabe a hora que sai. Isso, para um acadêmico, é muito difícil. Ele é responsável pelo que ele diz, pelo que faz. E decide o que fazer. No Governo, não. Por exemplo, quando dr. Miguel Arraes saiu para se candidatar, eu quis sair e ele não deixou: articulou politicamente minha permanência e inviabilizou minha saída. Foi esse o motivo pelo qual passei um bom tempo sem assumir cargos em governo. Porque que eu ia perder minha possibilidade de escolha.

**RFA: Você conta nos dedos gente como você que foi da academia e volta.**

TB: Isso eu aprendi com histórias que me falavam na Sudene de dr. Celso. Quando você está no setor público, é preciso saber o que você negocia e o que você não negocia. Esse é que é o problema: o que você está disposto a ceder. E o que você não está disposto a ceder. E tem coisas que você não cede. Você tem seus princípios. Qual o teu limite, eis a questão!

**RFA: Terminamos sempre com a pergunta: defina o que é, para você, o desenvolvimento.**

TB: Eu acho que a visão que a gente tinha era muito economicista. Eu acho que seria uma visão multidimensional. A dimensão ambiental, por exemplo, ela era muito tímida, quando existia. E ela hoje precisa ser um eixo central de qualquer concepção de desenvolvimento. A dimensão cultural, que a gente valorizava pouco (Celso Furtado era exceção). Estamos hoje em meio a uma revolução cultural. Nesse contexto, a dimensão econômica perdeu aquela força que tinha, e outras dimensões ganharam força. Eu acho que, hoje, discutir desenvolvimento é muito mais interessante do que era quando eu comecei a fazer essa discussão. Era muito mais pobre. Hoje tem outro campo para essa discussão. Eu gosto mais do que é a proposta atual: o desenvolvimento sustentável...

**RFA: O que você consideraria um país desenvolvido?**

TB: Um país onde as pessoas vivessem bem.

**RFA: Mais homogêneo.**

TB: Onde a desigualdade fosse menor. Ela é um indicador muito importantíssimo. Um assunto que eu não toquei aqui e é muito importante no capitalismo contemporâneo: a financeirização da riqueza, que não estava na nossa agenda do século XX, e que precisa estar na agenda do século XXI. Esse fenômeno define um novo modo de operar da economia. Grande parte do aumento da desigualdade, da exclusão, da destruição de certos países, tem a ver com a crescente possibilidade de gerar riqueza na esfera financeira sem dialogar com a esfera produtiva, ou dialogando com ela em novos moldes.. Para as pessoas, a financeirização amplia a dificuldade de inserção na vida econômica...

**RFA: Mais um obstáculo, pois concentra riqueza e renda.**

TB: Como as pessoas vivem bem se a economia está gerando riqueza em uma esfera distante da vida real das pessoas? Isso sempre existiu? Sempre. Mas não era hegemônico, nem tinha a dimensão atual. Esse é outro desafio para nosso desenvolvimento. Um debate que não está como questão central na teoria do desenvolvimento. Os que discutem desenvolvimento não colocam a financeirização com o destaque que ela merece hoje. Portanto, há novos temas e novos desafios a serem enfrentados por quem estuda o desenvolvimento.